



POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONFIGURAÇÃO DO PROGRAMA RIO RURAL NO MUNICÍPIO DE ITALVA - RJ

Samara Venina Simen de Azeredo Silva Chagas¹
Erika Vanessa Moreira Santos²

RESUMO

Em 2006, com a regulamentação da Lei N° 11.326 ou Lei da Agricultura Familiar, que reconheceu a agricultura familiar como categoria social, deliberou os conceitos estruturais e passou a determinar as políticas públicas para este grupo social. Assim, o valor da agricultura familiar está contido no incentivo as economias locais, possibilitando a geração de renda e trabalho, especialmente quando relacionado a políticas públicas que incentivam e estimulam os agricultores familiares, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos ambientais. Este trabalho, tem como objetivo principal analisar a configuração do Programa Rio Rural no município de Italva-RJ à luz da agricultura familiar, abordando o associativismo rural enquanto meio de acesso as políticas públicas. O Programa Rio Rural busca contribuir e valorizar à sociedade civil enquanto categoria de trabalhadores rurais, impulsionando a economia local, resultando no desenvolvimento do município. Foi notado que o associativismo local nas microbacias infere uma estratégia organizacional o que demonstra maturidade na ação coletiva, com possibilidade de ações que atendam suas necessidades, interesses e objetivos comuns.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Rio Rural, Associativismo.

ABSTRACT

In 2006, with the regulation of Law N° 11.326 or Family Farming Law, which recognized family farming as a social category, it deliberated the concepts before and started to determine as public policies for this social group. Thus, the value of family farming is contained encouraging local economies, enabling the generation of income work especially when related to public policies that encourage and stimulate family farmers, taking into account social, economic and environmental aspects. This work aims to analyze the configuration of the Rio Rural Program as a Public Policy in the city of Italva-RJ in the light of family farming, approaching rural associations as a means of accessing public policies. The Rio Rural Program seeks to contribute and value civil society as a category of rural workers, boosting the local economy, resulting in the development of the municipality. It had been noted that local associations in microbasins infer an organizational strategy which demonstrates maturity in collective action, with the possibility of actions that meet their common needs, interests and objectives.

Key words: Family farmers, Rio Rural, Associativism.

¹Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense-UFF, samarasimen@id.uff.br

²Professorado Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal - UFF, erikamoreira@id.uff.br



INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma categoria analítica importante, cujo debate sobre a importância e o seu papel vem ganhando força ao longo do tempo. O agricultor familiar, uma categoria social e política, passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em 1996, entretanto, os agricultores familiares, enquanto categoria social, só foram considerados no Censo Agropecuário, em 2006, com a Lei nº 11.326 ou Lei da Agricultura Familiar.

A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas cuja gestão e organização ocorre predominantemente com mão de obra familiar, que impulsiona economias locais, principalmente combinadas com políticas públicas voltadas ao bem-estar e a proteção das comunidades (FAO, 2014).

Até antes da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996 os programas eram orientados quase exclusivamente para atender os grandes agricultores, ou seja, àqueles capitalizados economicamente e que respondiam aos estímulos rápidos de produtividade (COSTA, 2005). O programa, composto de quatro linhas de ação, deveria constituir-se não apenas num instrumento de financiamento da produção agropecuária, via crédito de custeio e de investimento, como um elemento dinamizador da agricultura familiar, por meio do fomento à capacitação e profissionalização dos produtores; da negociação de políticas públicas; e, da dotação de investimentos em termos de infraestrutura pública e de serviços de apoio aos municípios (HESPANHOL e SANTOS, 2001).

Sabe-se da grande dificuldade que os agricultores familiares enfrentam para produzir e, principalmente, para escoar sua produção (BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2016). O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (Rio Rural), é executado sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro e com o financiamento do GEF (2006-2011) do Banco Mundial/BIRD (2010-2018).

O objetivo do programa foi o de promover a adoção técnicas produtivas mais eficientes e sustentáveis por parte dos agricultores familiares fluminenses, fomentar a inclusão social e produtiva, para que atuem na manutenção dos recursos naturais e na



agricultura ecológica. A microbacia é a unidade territorial mínima capaz de integrar variáveis sociais, econômicas e ambientais comuns, permitindo uma visão sistêmica, integrada de maior horizontalidade na gestão das políticas de desenvolvimento, em lugar de abordagens verticais e setoriais (RIO RURAL, 2009).

Cabe, neste trabalho, analisar a configuração do Programa Rio Rural no município de Italva à luz da agricultura familiar levando em consideração as associações/COGEMs rurais no município, com a finalidade de compreender as estratégias organizacionais como meio de acesso as políticas públicas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos contemplam métodos qualitativos e quantitativos com intuito de reunir os dados e as informações da área de estudo. Os dados foram analisados nas diferentes estratégias de reprodução econômica e de organização do trabalho, cujo foco é direcionar a uma visão crítica sobre o Programa Rio Rural em relação ao seu papel junto aos agricultores familiares. Para tanto, utilizamos os seguintes itens:

- Levantamento bibliográfico sobre políticas públicas, agricultura familiar e o Programa Rio Rural;
- Levantamento documental junto aos órgãos responsáveis pela implementação do Programa Rio Rural no município de Italva, quais sejam: Secretaria Municipal de Agricultura de Italva, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Italva, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Italva (EMATER-Italva), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO), cooperativa e associações;
- Coleta e sistematização de dados secundários fornecidos pelo IBGE - Sistema de Banco de dados agregados, Censos agropecuários (2006 e 2017) e Produção Agrícola Municipal (a partir de 2010);
- Pesquisa exploratória com registros fotográficos das associações de agricultores familiares do município de Italva e da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária (COPAFI);



- Por fim, as informações foram organizadas e analisadas à luz do referencial teórico.

REFERENCIAL TEÓRICO

É importante entender as políticas públicas e os atores envolvidos, destacando o protagonismo dos agricultores familiares. Segundo Grisa e Schneider (2015, p.126), a agricultura familiar sempre esteve às margens das ações do Estado, não raro sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País.

A Constituição Federal de 1988 incitou espaços de participação social e reconhecimento de direitos enquanto categoria social em 2006, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Mattei (2014, p.74) revela que o movimento de democratização possibilitou uma maior intervenção dos atores sociais, viabilizando por meio dos conselhos gestores de políticas públicas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimentos nas diversas esferas governamentais.

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006).

Segundo Frey (2000, p.235) fatores culturais, padrões de comportamento político e inclusive atitudes de atores políticos singulares como essenciais para compreender melhor o processo político, que repercute na qualidade dos programas e projetos políticos elaborados e implementados.

De acordo com Junqueira e Lima (2008, p.161), os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que promovam a fixação do produtor rural no campo e contribuam para o desenvolvimento regional.



O associativismo, especificamente entre os produtores rurais, se intensificou em 1980 em decorrência da crise econômica que fragilizou o funcionamento do modelo cooperativista nos moldes em que os produtores rurais em grande maioria poderiam participar. Neste sentido, o distanciamento do modelo cooperativista das necessidades dos pequenos produtores fez com que estes grupos buscassem outros sistemas de organização coletiva, e, a partir do final dos anos 1980 por estímulos governamentais impulsionam a formação das associações por meio de políticas públicas e por rede institucional (FAGOTTI, 2017).

Com a criação dessas associações no meio rural, as lavouras e produções de agricultura familiar apareceram com maiores possibilidades. “A exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações (SPERRY *et. al.*, 2003).

Wanderley (2004, p.45, p.48) considera a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. O agricultor familiar é, sem dúvida, um ator social do mundo moderno. Visando contribuir e valorizar os agricultores familiares, resultando no desenvolvimento social, econômico e ambiental do município. As associações de produtores rurais por estarem localizadas nas comunidades, podem promover a diminuição ou até mesmo a eliminação de dificuldades de acesso, facilitando a participação, o controle e a representação dos interesses os associados em escala local (HESPANHOL, 2007, p.141).

As lutas coletivas são essenciais para fazer reconhecer os direitos das minorias, neste caso dos agricultores familiares. O interesse, a participação e o nível de organização dos produtores são cruciais para o desenvolvimento das associações.

Os trabalhos em microbacias também promovem a racionalização dos esforços e dos recursos federais, estaduais e municipais de acordo com as necessidades e prioridades identificadas, potencializam as parcerias interinstitucionais e interdisciplinares, além de estimular o envolvimento das comunidades rurais (SOUZA e FERNANDES, 2000).

A recuperação de matas ciliares e a proteção de nascentes estão no rol de projetos abarcados pelo Rio Rual. Segundo Chabaribery *et. al.*, (2008, p.8), as matas ciliares são fundamentais para o equilíbrio ambiental, sendo que em escala local e regional, protegem a água e o solo, reduzindo o assoreamento dos rios e o aporte de



poluentes, criam corredores favorecendo o fluxo gênico entre remanescentes florestais, fornecem alimentação e abrigo para a fauna e funcionam como barreiras naturais contra a disseminação de pragas e doenças nas lavouras.

A disponibilidade de reservas de água potável do meio rural é fundamental, não só para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, como também para o abastecimento dos centros urbanos, para a produção industrial e para a geração de energia (RAMOS *et al.*, 2004).

Marinho (2015, p.137) afirma que projetos como o Rio Rural, subordinados às instituições financeiras como o Banco Mundial, estabelecem regras racionalizadoras do espaço diretamente ligadas à lógica mercadológica. O discurso de comprometimento com as causas sociais, atrelados a esses projetos, servem de salvaguarda às ações de controle do Estado em favor do mercado, principalmente, urbano/industrial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

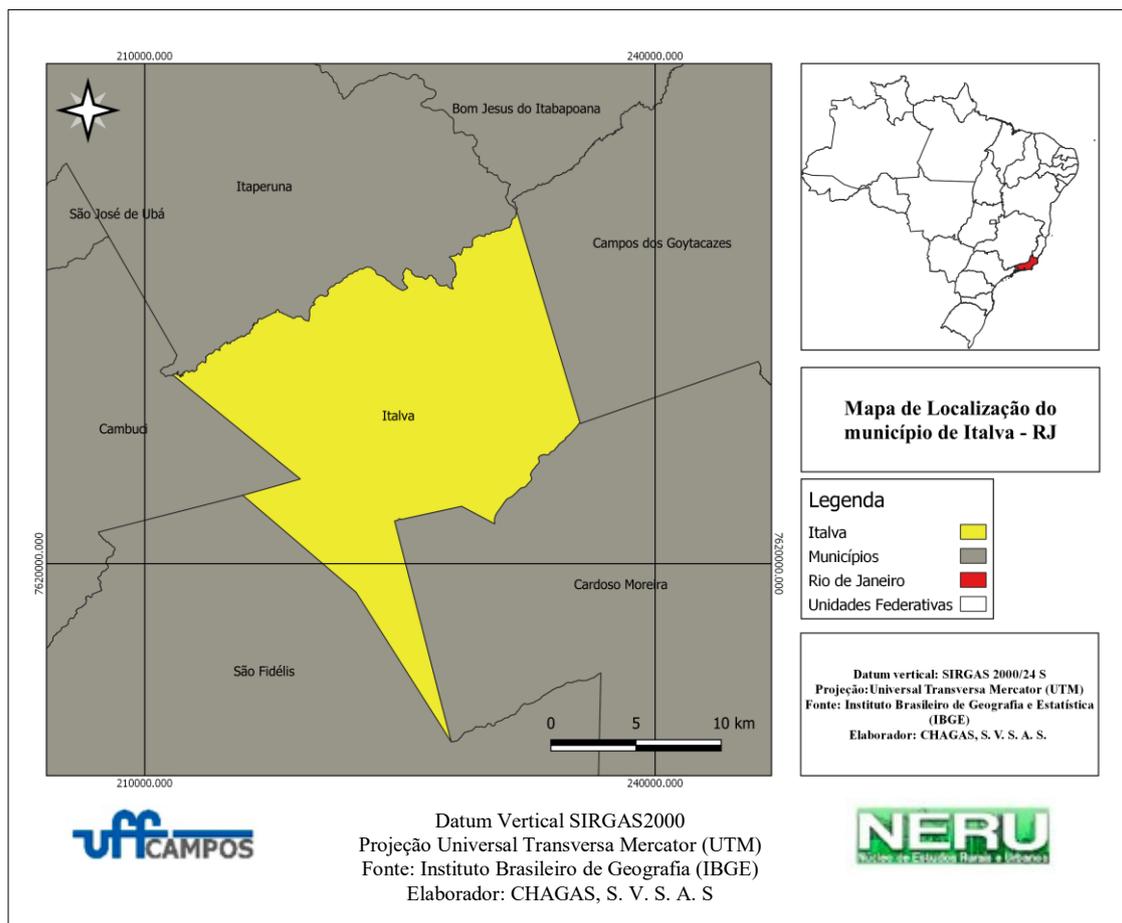
O município de Italva está situado na microrregião de Itaperuna e na Mesorregião Geográfica do Noroeste Fluminense, limita-se com os municípios de Campos dos Goytacazes (de onde se desmembrou), Cambuci, Cardoso Moreira, São Fidélis, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana, conforme apresentado na figura 1.

As primeiras referências de povoação em Italva datam de 1870, quando aventureiros e exploradores que por ali passaram encontraram terra fértil e rica em minerais.

As atividades rurais locais com destaque para produção de cafeeicultura e açucareira e a formação do vilarejo, motivaram a elevação da região do Noroeste Fluminense para categoria de cidade no ano de 1835, a qual foi denominada de Campos dos Goytacazes IBGE (2010).



Figura 1 – Localização do Município de Italva – RJ.



Italva insere-se no comitê da bacia hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, que reúne planejamento, regulação e controle do uso da preservação e da recuperação dos recursos hídricos.

O município possui seis microbacias hidrográficas, apresentadas na figura 2 e cada uma delas possui sua associação: MBH Valão Carqueja, MBH Córrego do Marimbondo (Associação Moradores Produtores Rurais, Agropecuários e Industriais do Pão de Ló), MBH Córrego do Colezinho, MBH Valão Carcanjo, MBH Valão da Prata e MBH Valão Carqueja (Associação de Lavradores da Fazenda Experimental de Italva), cinco delas com sede própria e seis possui associações/COGEMs (Comitês Gestores de Microbacias), apenas a MBH Valão Carcanjo possui associação, mas não tem sede física. As figuras 3 e 4 apresentam, respectivamente, o projeto de implantação do Centro Comunitário da Biboca e o Centro Comunitário Pimentel e Formosia, ambos financiados pelo Rio Rural.



Figura 2–Divisão das Microbacias Hidrográficas do Município de Italva – RJ.

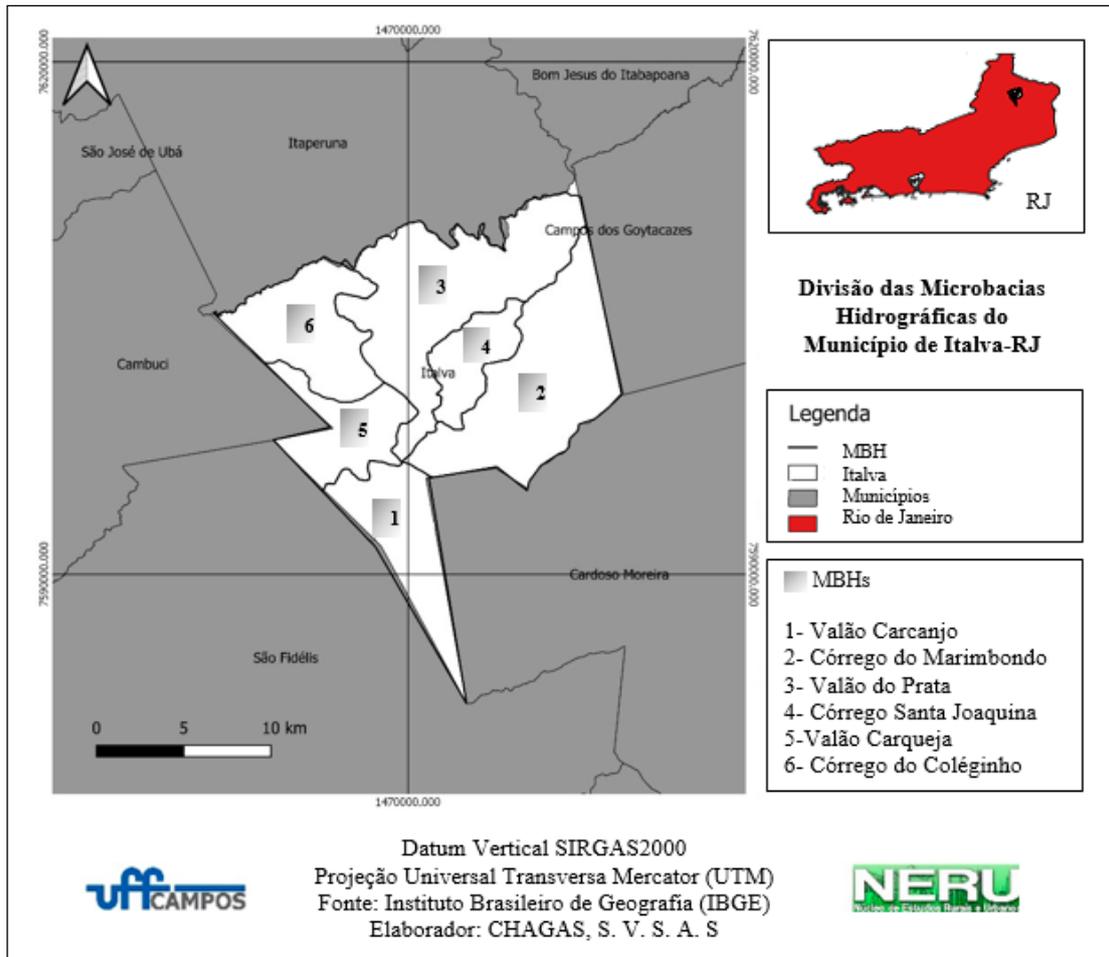


Figura 3– Projeto do Centro Comunitário da Biboca –Italva – RJ.



Fonte: Emater Italva.



Figura 4– Centro Comunitário Pimentel e Formosia.



Fonte: Emater Italva.

Das seis Microbacias Hidrográficas (MBHs) existentes, três foram áreas foco do projeto PSA Hídrico (Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em Recursos Hídricos) do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), Córrego do Marimbondo (2), Valão Carcanjo (1) e Valão do Prata (3).

Com intuito de formação florestal dessas áreas que foram delimitadas pelo Programa Rio Rural com efetivação da Emater-Rio, devido a região onde está situada Italva, ser frágil em Unidades de Conservação.

O Rio Rural utiliza a metodologia participativa que abarca os atores envolvidos em todas as fases implicando na autogestão e na participação dos agricultores familiares e demais moradores da comunidade local, reunidos de acordo com os interesses, elegendo um representante para compor os Comitês Gestores de Microbacias (COGEM), com finalidade de promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com os dados obtidos da Emater-Italva, o Programa Rio Rural, o Projeto Conexão Mata Atlântica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são políticas públicas que foram inseridas no município, sendo aplicados R\$ 6.260.000 reais pelo Programa Rio Rural na parte ambiental, social e econômica. São quase 300 hectares de áreas protegidas, georreferenciadas e cercadas, todas as



associações possuem sede própria, trator e arado.

Ao levantar os dados do Censo Agropecuário de 2006, 281 estabelecimentos de agricultura familiar, nenhum estava envolvido no reflorestamento para proteção de nascentes, 12 estabelecimentos estavam relacionados à proteção e/ou conservação de encostas. No Censo Agropecuário de 2017, dos 283 estabelecimentos de agricultura familiar, 36 estão envolvidos no reflorestamento para a proteção de nascentes e 20 na recuperação de mata ciliar, o que é resultado de políticas públicas, como o Rio Rural e o PSA Hídrico no período de referência. Entre os vários subprojetos do programa está o incentivo da prática de proteção de nascentes, por meio de recursos não reembolsáveis para cercar e isolar as nascentes pelos agricultores familiares.

O arrefecimento da cobertura florestal e da mata ciliar no município de Italva, deram lugar as pastagens ao longo do tempo, o que gera o aumento dos processos erosivos, diminuição da fertilidade dos solos e assoreamento dos cursos d'água, contribuindo para a redução das áreas de lavouras no município.

Procuramos, neste trabalho, analisar o Programa Rio Rural enquanto política pública, abrangendo-o não apenas o ponto de vista da produção, mas compreendendo o alcance existente em relação à organização coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, a partir dos dados dos Censos agropecuários de 2006 e 2017, um aumento singular no número de estabelecimentos de agricultura familiar e um aumento significativo dos estabelecimentos caracterizados como familiares, por sua vez, envolvidos no reflorestamento para a proteção de nascentes e na recuperação de mata ciliar das microbacias no município de Italva.

Apesar do Programa Rio Rural trazer a metodologia participativa e ações de cunho social, econômico e ambiental, o projeto é atrelado a instituições financeiras como o Banco Mundial que possui intenções mercadológicas, que apresentam um discurso de engajamento com as causas sociais e ambientais, entretanto, estão relacionados às intervenções de controle do Estado.

Em relação ao associativismo é notório que aproxima os agricultores as políticas públicas, porém, ainda existem dificuldades como a falta de engajamento nos projetos, a



atuação mais individual em relação ao grupo e a abstenção as reuniões ou atividades da associação.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. G.; M. M. SCHLINDWEIN. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**. v. 18, n.1, p. 3-15, Campo Grande, MS, jan/mar.2017.

CHABARIBERY, D.; SILVA, J. R.; TAVARES, L. F. J.; Loli, Silva, M. R.; Monteiro, A. V. V. M. Recuperação de matas ciliares: sistemas de formação de floresta nativa em propriedades familiares. **Informações Econômicas**, SP, v.38, n.6, jun. 2008.

COSTA, F. M. **O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Porciúncula (RJ) e as contribuições do enfoque da multifuncionalidade da agricultura**. Dissertação (Mestrado). 2005, Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FAGOTTI, L. N. Associativismo e Agricultura Familiar: Reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. v.9, n.1 e 2, Araraquara, 2017.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Ano Internacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming-decade/en/> Acesso em: 20 Set,2014.

FREY, K. A. Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21, p.211-259, jun, 2000.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a Agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**. v.52, p.1,p.125-146, Piracicaba, 2015.

HESPANHOL, R. M.; COSTA, V. M. H. M. Agricultura familiar no âmbito do poder local: a atuação do pronaf infraestrutura e serviços municipais. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n.2, p.69-90, 2001.

HESPANHOL, R. A. M. Políticas públicas: perfil das associações de produtores na região de Presidente Prudente-SP. **Geografia**.v. 32. n. 1, p. 133-142, jun, 2007.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Seminário: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v.29, p. 159-176, jul/dez.2008.



MARINHO, I. **A região Noroeste Fluminense e o Projeto Rio Rural: tendências e problemas da agricultura familiar.** Dissertação (Mestrado em Geografia), 2015, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste.** v.45, p.71-79, 2014.

RAMOS, P. R.; RAMOS, L. A.; LOCH, C. Sensoriamento remoto como ferramenta para a gestão ambiental e o desenvolvimento local. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO**, 2004, Florianópolis. Anais...p. 1-7, Florianópolis, 2004.

RIO RURAL. **Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável.** Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento/ Superintendência de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2009.

Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Itaboraí. **Série Planos da Mata Atlântica**, n.5, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, E. R.; FERNANDES, M. R. Sub-Bacias Hidrográficas: Unidades Básicas Para o Planejamento e Gestão Sustentáveis das Atividades Rurais. **Informe agropecuário.** Belo Horizonte, v.21, n.207, p.15-20, dez. de 2000.

SPERRY, S., CARVALHO J., C. H. T.; MERCOIRET, J. Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais. **Embrapa.** Distrito Federal, p.150, 2003.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura.** n.21. p. 42-61, out. de 2003.